FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (CPA)

PLANEJAMENTO 2015

Documento elaborado pela CPA – FABE com o objetivo de atender às exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004.

Marau

2015

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Plano de Trabalhos dos Encontros de Formação 13
Quadro 2 – Ações da CPA 14
Quadro 3 - Agenda 25

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3
1 BASES LEGAIS 4
2 OBJETIVOS 6
3 CONTEXTO METODOLÓGICO DO TRABALHO AVALIATIVO 7
4 SENSIBILIZAÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSO 10
4.1 SENSIBILIZAÇÃO DOS ACADÊMICOS 10
5 CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DA CPA 12
6 AÇÕES DA CPA EM RELAÇÃO ÀS DIMENÇÕES DO SINAES 14
7 AÇÕES DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS 23
8 EXAME NACIONAL DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE) 24
9 AGENDA DE ENCONTROS DA CPA 25
REFERÊNCIAS 28

APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação é de obrigatoriedade institucional segundo o disposto na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, Art. 11. Esta atribui à CPA a condução dos processos de avaliação internos da IES, de sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP. Face a essas atribuições e por compreender a importância do SINAES no processo de avaliação e desenvolvimento institucional, a CPA da Faculdade de Administração da Associação Brasiliense de Educação – FABE apresenta ao longo deste texto o Plano de Trabalho 2015.

Esta CPA objetiva coletar dados e construir ações qualificadoras para o cumprimento da Missão Institucional e integração às dimensões do SINAES. Este Plano de Ação está fundado em um processo de reflexão-ação-reflexão e visa, principalmente, trabalhar na base de sentido da autoavaliação. Assim, percebe-se a necessidade de um conjunto amplo de ações e discussões fortalecedoras do processo avaliativo, bem como ações revisoras.

Dessa forma, o Plano de Trabalho desta Comissão está apto a receber proposições da comunidade acadêmica, ele não é um documento encerrado em si, pois sua intenção maior é acolher e promover a qualidade dos projetos institucionais que visem sempre a eficiência do desenvolvimento da Missão Institucional e as Dimensões do SINAES. A CPA vislumbra neste Plano de Trabalho um processo de construção dinâmico, viabilizando o (re)desenho, quando necessário, do percurso de implementação das ações.

1 BASES LEGAIS

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Segundo o Art. 1º, constitui-se como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do Art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Assim, o § 1º estabelece que o "SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da firmação da autonomia e da identidade institucional".

Nesse sentido, o SINAES, conforme o Art. 2º e respectivos incisos da referida Lei, deve assegurar em sua avaliação de instituições, cursos e desempenho de estudantes a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da Instituição e de seus cursos; o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; o respeito à identidade e à diversidade; a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo e da sociedade civil, por meio de suas representações.

No Art. 3º estabelece-se que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultura;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos universitária nos processos decisórios;

VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Neste contexto insere-se a Comissão Própria de Avaliação (CPA), cuja atribuição é conduzir os processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de coleta de informações, regulação e avaliação. A CPA representa a possibilidade da IES articular um autoestudo, já que o relatório, o qual deve seguir um parâmetro nacional, resulta em análises qualitativas que norteiam o processo de identificação dos pontos fortes e fracos da IES, bem como suas ações de melhorias e/ou complementares.

2 OBJETIVOS

a) Realizar a Autoavaliação Institucional na Faculdade da Associação Brasiliense de Educação em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).
b) Propor uma avaliação que contemple as dimensões em relação à estrutura da IES.
c) Mobilizar a comunidade acadêmica para um processo de sensibilização sobre a Autoavaliação Institucional.
d) Organizar momentos estudo com os diferentes segmentos da IES, esclarecendo as etapas da Autoavaliação Institucional.
e) Estruturar a metodologia de coleta, análise e interpretação dos dados da Autoavaliação Institucional para contribuir com o planejamento das ações de melhorias da IES.
f) Fortalecer a divulgação das informações para a comunidade acadêmica e externa.
g) Consolidar o processo de Autoavaliação na IES, visualizando-o como instrumento de ações de qualificadoras.

3 CONTEXTO METODOLÓGICO DO TRABALHO AVALIATIVO

Apresentamos a seguir a metodologia de pesquisa utilizada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA para a obtenção dos resultados da Avaliação Institucional da Faculdade da Associação Brasiliense de Educação (FABE). O objetivo da pesquisa é avaliar as dez dimensões indicadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a fim de descrever o grau de satisfação dos usuários da Instituição.

Lakatos e Marconi (2005) lembram que a utilização de métodos científicos não é exclusiva da ciência, pois é possível usá-los para resolução de problemas do cotidiano. Destacam que, por outro lado, não existe ciência sem o uso de métodos científicos. Porém, o conhecimento científico distingue-se dos demais devido à sua característica de verificação. Por isso, é necessário identificar o método utilizado, ou seja, qual é o caminho para se chegar a um determinado objetivo, o que caracteriza o conhecimento científico.

Em relação à escolha da metodologia adotada em uma pesquisa, qualquer projeto pode ser implementado de forma qualitativa e/ou quantitativa, desde que a forma apresentada, tenha coerência com o problema proposto, com os objetivos que foram abordados e com as limitações da pesquisa (ROESCH, 2005).

A pesquisa qualitativa de caráter exploratório é conduzida para explorar, ou melhor, compreender a situação estabelecida como problema de pesquisa, ou seja, para obter informações e ideias quanto a um problema que o pesquisador deseje enfrentar, objetivando proporcionar maior profundidade de entendimento e esclarecimento. O processo da pesquisa é maleável, porém, não estruturado, sua amostra pode ser mínima e não-representativa, sendo a análise dos dados primários considerados qualitativos (MALHOTRA et al., 2005).

Quanto à pesquisa quantitativa, de caráter descritivo, busca quantificar os dados e propagar os resultados das amostras para a população de interesse, buscando uma evidência conclusiva, com base em grandes e representativas amostras aplicando alguma análise estatística. Ao constatar com a pesquisa qualitativa, a coleta de dados é estruturada e as descobertas do estudo quantitativo podem ser praticadas como conclusivas e utilizadas para recomendar uma ação final do curso (MALHOTRA et al., 2005).

A pesquisa de Avaliação Institucional desenvolvida pelo CPA é definida como uma pesquisa quantitativa, de caráter descritivo, aplicada por meio de um questionário estruturado de autopreenchimento, Nesse cenário, Roesch (2006, p. 138) esclarece que a população é um “ grupo de pessoas ou empresas”, nas quais se tem interesse se obter uma entrevista com um

objetivo específico. Portanto, a população da pesquisa são os acadêmicos do Curso de Administração, Pedagogia, Tecnologia em Secretariado e Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; corpo docente da Instituição de Ensino Superior (IES); coordenadores dos cursos; corpo técnico-administrativo; e representante da sociedade civil organizada.

A coleta de dados é realizada por meio de questionários estruturado, composto por questões fechadas, no qual Gil (2007) afirma que é preciso garantir uma alternativa para o respondente. As questões do questionário podem ter escalas de classificação, como a *Likert*, que normalmente é utilizada, pois possibilita que os participantes forneçam respostas discriminatórias, com algum tipo de escala e classificação conduzida através de questões que são afirmações, nas quais o respondente indica o seu nível de concordância com as mesmas. Nesta pesquisa utiliza-se uma escala do tipo *Likert*, com cinco pontos variando de "ruim" a "excelente" (COLLIS; HUSSEY, 2005).

O questionário será disponível de forma eletrônica, cujo acesso o respondente obteve por meio do Ambiente Virtual, cumpre registrar que os dados dos respondentes mantêm-se no anonimato. O processo de coleta de dados se realizará em 30 dias, no período de outubro de 2015. As respostas serão tabuladas com auxílio de *software* contratado e criado pela empresa *Aix Sistemas*. Dos dados serão gerados gráficos para a descrição dos resultados. Vergara (1997, p. 50) afirma que "o tratamento de dados refere-se àquela seção na qual se explica para o leitor como se pretende tratar os dados a coletar, justificando por que tal tratamento é adequado aos propósitos do projeto".

Consideradas as etapas que regem o perfil metodológico da Pesquisa de Avaliação Institucional, a CPA constrói seu questionário respeitando as 10 Dimensões do SINAES, bem como as Orientações Gerais para Roteiros da Autoavaliação das Instituições (2004), considerando ainda o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elemento que contextualiza o ambiente institucional.

A CPA compreende que tem um papel reflexivo sobre a qualidade dos processos institucionais, No que respeita à dimensão pedagógica da Autoavaliação Institucional, há que se considerar a caminhada da educação no Brasil. Os paradigmas embasados em práticas excludentes e insuficientes que a educação tradicional produziu ao longo dos anos vêm sendo substituídos por novos conceitos de educação. A preocupação com uma educação humanizadora e integral surge como forma de atender às demandas de uma sociedade marcada pela globalização e das novas tecnologias. Esse novo contexto tem implicação, também, na avaliação, que passa a assumir um caráter diagnóstico, processual e contínuo,

inserindo-se numa prática reflexiva e transformadora, com vistas a possibilitar autonomia dos indivíduos em meio ao processo de desenvolvimento social e intelectual.

Segundo Janssen (2003), “a avaliação é o espaço de mediação/aproximação/diálogo entre formas de ensino dos professores e percursos de aprendizagem” sendo essencial considerar as vivências individuais, para um melhor ajustamento das práticas de ensino, bem como as diferentes experiências educacionais. Nesse sentido, a avaliação se prestará a fornecer aportes para a tomada de decisões pertinentes ao que é necessário a fim de que sejam propostos caminhos, metas e estratégias que vão ao encontro das intenções educativas e responsabilidades sociais da IES, e que definem as expectativas de qualidade, contemplando as competências e habilidades esperadas nos Cursos.

É importante ressaltar que a avaliação deve ser colocada como um elemento integrador, destacando a ligação intrínseca entre a avaliação e aprendizagem, para responder às necessidades identificadas, ou seja, buscar caminhos que possibilitem a aprendizagem de forma participativa e inclusiva. Sendo assim, a avaliação precisa ser compreendida como um instrumento de uma reflexão crítica permanente contribuindo para a superação das dificuldades encontradas, cumprindo o princípio da ação-reflexão-ação.

4 SENSIBILIZAÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSO

Os Coordenadores de Cursos devem ser agentes multiplicadores das metas e objetivos da CPA da FABE junto à sua equipe de docentes e discentes. Para tal é necessária a realização de ações visando a sensibilização desses gestores quanto à importância de suas participações na concretização das metas estabelecidas pela CPA e, consequentemente, na busca pela excelência qualitativa da Instituição.

O processo de sensibilização, ora proposto, será realizado constantemente, utilizando as reuniões da CPA, a realização de Fóruns de Coordenadores de Cursos e NDEs abordando todos os aspectos relacionados à Avaliação Institucional. Serão promovidos encontros proporcionando momentos para reflexão sobre os fundamentos do SINAES, sobre a interdisciplinaridade e o ENADE, sobre as dimensões da Avaliação Institucional, sobre os questionários e o relatório final da Autoavaliação Institucional e, principalmente, sobre a importância desse processo na concretização das metas e objetivos estabelecidos do PDI da FABE.

Além disso, os Coordenadores de Cursos deverão compreender a importância de seus papéis como gestores na promoção da qualidade de ensino da Instituição. Uma vez que o todo é formado pela união das partes, os coordenadores deverão compreender-se como mecanismos de ligação entre a CPA, o corpo docente e demais esferas da comunidade acadêmica. Assim, os objetivos da CPA e do PDI poderão ser colocados num plano horizontal, onde todos os agentes envolvidos no processo de avaliação interna poderão contribuir coma consolidação das ações e metas propostas.

4.1 SENSIBILIZAÇÃO DOS ACADÊMICOS

O pleno conhecimento da importância e da ética do processo de avaliação, aliado à segurança e ao propósito pelo qual é realizado, são de extrema relevância para que toda a Comunidade Acadêmica tenha a confiança e o desejo de que a FABE faça parte de seu dia a dia e seja um diferencial na sua formação profissional.

Participar com seriedade e comprometimento da Avaliação Institucional é algo fundamental. É através desta participação que os alunos ajudam a identificar se as práticas

acadêmicas estão alcançando os objetivos propostos e assim atender as exigências de órgão como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, aos quais os resultados da avaliação são submetidos.

Nesse sentido, a CPA pretende realizar ao longo do ano diversas atividades com os acadêmicos da Instituição para sensibilizá-los quanto à importância da participação e da interpretação do processo de Avaliação Institucional. Assim, propõe-se a realização de reuniões setoriais com os mesmos, a confecção de material eletrônico e impresso sobre a Avaliação Institucional, visitas às salas de aula a fim de conversar com os acadêmicos sobre a importância da Autoavaliação Institucional para o programa de acompanhamento da evolução aprendizagem e a prestação de esclarecimento acerca da legislação e a amplitude avaliativa do SINAES.

5 CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DA CPA

A capacitação dos membros da CPA é fundamenta para a condução do processo de Autoavaliação Institucional da FABE. Dessa forma, além de uma leitura atenta das dimensões do SINAES, do Plano de Desenvolvimento Institucional da FABE e do pleno conhecimento do plano de ações, entende-se necessária a realização de cursos e seminários de capacitação para os membros da CPA.

A Comissão entende que a realização de cursos de capacitação permitirá mais integração entre os membros, bem como mais clareza e engajamento da equipe quanto à coordenação e à articulação dos processos de avaliação interna. Além disso, a capacitação proporcionará que cada membro da CPA compreenda melhor o papel da avaliação como uma poderosa ferramenta de gestão, fundamental para auxiliar no diagnóstico da sua situação atual, mas principalmente para que os gestores possam promover as transformações necessárias e monitorar os avanços conquistados. Essa iniciativa em muito favorece o cumprimento da Missão Institucional da FABE e a consolidação dos princípios e valores da IES.

Dessa forma, os cursos e seminários deverão contemplar questões referentes à constituição e aos principais objetivos SINAES, indicadores de qualidade e conceitos de avaliação. Além disso, tais eventos também deverão analisar os instrumentos de avaliação interna e externa, bem como a elaboração de questionários avaliativos e de relatórios de autoavaliação.

Assim, os eventos de formação deverão ser momentos onde se possa capacitar e mobilizar os membros da CPA para sensibilizar a comunidade acadêmica da importância dos processos avaliativos na melhoria da qualidade educativa. Além disso, discutir mecanismos eficazes para socializar os resultados das avaliações e debater mecanismos institucionais para implementar ações que subsidiam as melhorias institucionais, discutindo estratégias para implementação do Programa de Autoavaliação.

Quadro 1 – Plano de Trabalhos dos Encontros de Formação

PLANO DE TRABALHO DOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO			
Objetivo	Construir, através de um processo contínuo, com a comunidade acadêmica em seus diferentes segmentos, o sentido e a identidade do processo de Autoavaliação Institucional.		
O quê?	Por quê	Quem?	Quando?
Discutindo a Avaliação Institucional: atribuições no processo de gestão institucional.	Capacitar os membros da CPA e oportunizar aos gestores que reconheçam o papel da CPA nos processos institucionais de avaliação.	Membros de CPA, Coordenadores, Gestores e técnicos-administrativos.	Nas reuniões de planejamento mensal.
A qualificação dos Cursos e o papel das avaliações externas.	Fomentar a discussão sobre o instrumento de avaliação externa enquanto constructo do processo de ensino-aprendizagem da IES.	Direção, Coordenações de Cursos e Docentes.	Julho, durante os encontros de formação.
Autoavaliação Institucional na perspectiva discente.	Sensibilizar os acadêmicos sobre a importância da Autoavaliação Institucional na trajetória acadêmica e também profissional.	Os discentes que realizarão a avaliação no ano de 2015.	Maio e Outubro.

6 AÇÕES DA CPA EM RELAÇÃO ÀS DIMENÇÕES DO SINAES

A Comissão Própria de Avaliação da FABE apresenta seu plano de ação com o objetivo de proporcionar à comunidade acadêmica um processo de reflexão-ação-avaliação-reflexão. Para tanto, esta CPA observa as dimensões avaliativas do SINAES, considerando a sustentabilidade financeira, a eficiência administrativa e o ensino de excelência. As ações apresentadas vislumbram trabalhar ocorrências internas e promover, além da capacitação, a efetiva participação da comunidade acadêmica.

Quadro 2 – Ações da CPA

Dimensão 1: A missão e o plano de desenvolvimento institucional No ano de 2015, a CPA trabalhará para uma relação entre a Missão Institucional e o PDI. Para tanto, planejará metas que dialoguem estes elementos.	
O que fazer?	Divulgar o novo PDI da IES e intensificar as ações de trabalho com os PPCs dos Cursos. Realizar a divulgação dos resultados das atividades da CPA 2014, bem como seu plano de trabalho de 2015. Trabalhar a Missão da IES com docentes e técnicos-administrativos, de modo que todos possam retomar suas práticas em favor dessa.
Por que fazer?	Ainda que os resultados da CPA divulguem positivamente o conhecimento dos discentes da finalidade do PPC, a CPA entende ser necessário que esta ação seja contínua para o progresso da IES. Além disso, os trabalhos em torno do PDI e PPC oportunizam aos docentes reflexão em torno de suas práticas pedagógicas e ações futuras que a IES deve promover em favor da sua Missão Institucional, nesse sentido, o corpo técnico-administrativo também deverá atualizar-se constantemente.
Como fazer	Divulgar o PPC dos Cursos em encontros/eventos institucionais.
	O corpo docente deverá retomar os estudos dos PPCs e PDI em seus Encontros de Professores e NDEs. O corpo técnico-administrativo deverá receber formação em seu Programa de Capacitação a respeito do PDI e Missão.

Onde?	Em eventos Institucionais: INTEGRATEC, Encontro de Formação, *Case* Empresarial, Encontro de Professores e NDEs e Programas de Capacitação do Corpo Técnico-administrativo. A IES disponibilizará aos acadêmicos e docentes o PPC de cada Curso no site institucional.
Quanto tempo?	Continuamente. No primeiro e segundo semestre de 2015 acadêmicos, docentes e técnico-administrativos.
Responsáveis	Direção. Coordenadores de Cursos.
Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	
O que fazer?	Analisar as discussões organizadas pelos NDEs e Coordenações de Cursos sobre a política de ensino e pesquisa na graduação, observando a constante qualificação dos processos avaliativos na formação dos discentes. Consoante à presente Dimensão, a CPA verificará a estrutura curricular dos Cursos, observando se há interlocução da prática pedagógica e os elementos vigentes na Missão Institucional e PDI. Atendendo às necessidades da comunidade acadêmica e externa, a CPA tomará como objeto de análise o ensino de pós-graduação, a fim de compreender como este se constitui. Logo, faz-se necessário promover a sensibilização do Núcleo de Pós-graduação, em relação à Dimensão 2 do SINAES. No que respeita à Extensão, a CPA dialogará com os organizadores de extensões para que se constituam um banco de dados eficiente e eficaz, para possíveis e futuras autoavaliações. No que diz respeito aos egressos, a CPA apresentará aos coordenadores de cursos e direção proposta de ampliação do acompanhamento e criação de banco de dados.
Por que fazer?	Inscreve-se nessa Dimensão a necessidade de acompanhar como a IES organiza-se para promover a Dimensão 2. A CPA observa a necessidade de haver uma produção científica de maior impacto
	Além disso, a CPA também identificou a necessidade de ampliar

	os mecanismos de acompanhamento dos egressos.
Como fazer?	Discutir e analisar com os núcleos de ensino, pesquisa e extensão a coerência das políticas da Dimensão 2 em relação aos documentos oficiais; políticas para Cursos de Graduação; políticas para cursos de Pós-graduação *lato sensu* e suas formas de operacionalização; políticas de pesquisa e de iniciação científica; políticas de Extensão e suas formas de operacionalização, com ênfase na formação inicial e continuada ou na relevância regional. Explicitar aos gestores a necessidade de ações sobre a percepção da comunidade acadêmica em relação à produção científica e seus impactos.
Onde?	Reuniões organizadas com os responsáveis pelos Núcleos de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação. Encontro de Professores. Organização da agenda da Mostra Científica.
Quanto tempo?	1º semestre de 2015.
Responsáveis?	CPA, Direção, Coordenações, Núcleos de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.
Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	
O que fazer?	A CPA verificará as políticas sociais implementadas na IES, respeitando sua responsabilidade social. Do mesmo modo, serão reavaliadas as atividades desenvolvidas pela IES, de modo a compreender as contribuições e impactos sociais que estas destinam à Marau e região. Além disso, a CPA organizará juntamente com o Setor de Assistência Educacional metodologias de coletas de informações, a fim de analisar a demanda de projetos que respeitem a Dimensão 3. No ano de 2015 a CPA acompanhará as ações em defesa do meio ambiente com o projeto ECOFABE.
Por que fazer?	Melhorar a convivência da comunidade acadêmica com as

	questões ambientais, qualificando a vida da comunidade marauense e regional.
Como fazer?	O projeto da 5ª ECOFABE ocorrerá de 25 a 29 de maio e contemplará diversas ações com o objetivo da conscientização sobre a responsabilidade socioambiental. O Diretório Acadêmico organizará ações com a comunidade acadêmica. Intensificar as campanhas de coleta de óleo e medicamentos vencidos.
Onde?	Na IES, escolas públicas, Centro Regional de Apoio à Micro, pequena e Média Empresa.
Quanto tempo?	5ª ECOFABE, em maio. Campanhas anualmente.
Responsáveis	Direção, Núcleo de Estudo Ambientais.
Dimensão 4: A comunicação com a sociedade	
O que fazer?	A CPA intensificará suas ações de modo a relembrar a necessidade de se trabalhar continuamente os processos comunicacionais internos e externos da IES. Há que se divulgar a importância do Setor de Ouvidoria no tratamento das necessidades de melhorias da IES. Avaliar as práticas comunicativas e a operacionalização institucional da informação interna e externa, observando a infraestrutura, as estratégias de organização e divulgação, os recursos empregados para garantir o fluxo da mensagem institucional.
Por que fazer?	Proporcionar maior qualidade aos processos de comunicação interna, garantindo acesso e fluxo de mensagem institucionais à comunidade em geral.
Como fazer?	Construir uma política de comunicação, e com isso dinamizar as estratégias de divulgação das ações/atividades promovidas pela IES. Assume-se como estratégias de divulgação os recursos impressos ou eletrônicos, a participação em programação de rádios locais e regionais em favor da exposição das intenções da IES, seu plano de desenvolvimento, bem como serviços prestados à comunidade, os projetos sociais, ambientais e culturais.

	A Ouvidoria deverá consolidar sua atuação, com vistas a fomentar a participação do acadêmico-cidadão.
Onde?	Na IES, examinando as ações de comunicação interna e externa, e posterior avaliação da imagem pública da IES, visualizando, assim, a percepção da comunidade acadêmica e comunidade local sobre os processos de comunicação.
Quanto tempo?	Processo contínuo
Responsáveis	Direção, Docentes, discentes (e seus representantes) e técnicos-administrativos. Coordenadores de Cursos. Núcleo de pós-graduação e extensão. Responsáveis pelo Centro Regional.
Dimensão 5: As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	
O que fazer?	A CPA analisará as ações inscritas na IES em relação aos indicadores das políticas de pessoal. Para isso, serão verificados os programas de capacitação docente e técnicos-administrativos, os planos de carreira destes e a política de contratação. A Comissão também observará no desenvolvimento do novo PDI como as informações sobre as políticas de pessoal se organizam e se desdobram. Promover estratégias de apoio à participação em eventos e capacitações.
Por que fazer?	Observou-se a necessidade de ampliar a comunicação com a sociedade, com os acadêmicos e egressos, de modo que se defina e operacionalize novas formas de comunicação. Além disso, importante
	se fazer melhorar a comunicação entre os Setores, estimulando a cooperação e o fortalecimento de vínculos com a IES, gestando a política de pessoal.
Como fazer?	Promover uma Pesquisa de Clima Organizacional, para viabilizar a implementação de novas ações em relação ao ambiente e qualidade de vida no trabalho. Considerados os limites da sua autonomia, a IES deverá trabalhar

	para que seus docentes e técnico-administrativos tenham clareza das disposições, obrigações e compromissos expressos em documentos oficiais da IES. Assim, tem-se a oportunidade de estabelecer os critérios e condições para a gestão de pessoas em consonância às exigências e obrigações previstas pela regulamentação externa.
Onde?	Direção, Coordenações, Setores, CPA.
Quanto tempo?	1º e 2º semestres.
Responsáveis?	PIMA, Direção e CPA.
Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	
O que fazer?	Manter a política de sensibilização da comunidade acadêmica e Mantenedora em relação aos processos institucionais e a necessidade de representatividade com independência na tomada de decisões. Integrar a discussão do processo de autoavaliação ao de planejamento e gestão da FABE.
Por que fazer?	Para que os envolvidos no processo de ensino compreendam que o componente organizacional da FABE está instituído na sua composição estrutural, na representação hierárquica de setores, suas atribuições, funções e relacionamento. Acredita-se que com ações de sensibilização e reflexão a IES qualificará seu processo
	Organizacional e de gestão, e consequentemente qualificará os índices de avaliação.
Como fazer?	Organizar momentos em que se evidencie, e quando necessário, estabeleçam condições de operacionalização das finalidades e objetivos da IES, em relação ao ensino, pesquisa e extensão. Promover e participar de discussões com NDEs, Direção e Mantenedora, a fim de alinhar as ações em relação às exigências e obrigações instituídas pela regulamentação externa.
Onde?	Representantes de NDEs, Direção, Coordenações, Mantenedora,

	Docentes, Corpo técnico-administrativo e CPA.
Quanto tempo?	1º e 2º semestres.
Responsáveis?	Direção e CPA.
Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	
O que fazer?	Promover discussão sobre os serviços oferecidos e os espaços disponibilizados à comunidade acadêmica e comunidade em geral, em especial ao Setor da Biblioteca. Analisar como ocorrem – as vias de acesso – a gestão de equipamentos de infraestrutura e dos recursos tecnológicos e de comunicação necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino; segurança e manutenção/conservação dos ambientes; manutenção, aquisição e expansão do acervo da biblioteca. Construir com os Coordenadores de Cursos uma relação de acompanhamento dos indicadores de autoavaliação, de modo a associá-los aos processos de qualificação de ensino e avaliação. Compreender as políticas de investimento em infraestrutura, atendendo às necessidades dos Cursos e junto com o planejamento institucional propor um estudo de viabilização da climatização nas salas de aula, respeitando a sustentabilidade ambiental.
Por que fazer?	Para que os diferentes segmentos possam partilhar do conhecimento da CPA, em relação às necessidades da comunidade e ao mesmo
	tempo que a CPA possa realizar os apontamentos necessários aos processos de qualificação.
Como fazer?	Estudar a possibilidade de ofertar acesso pleno à Biblioteca aos egressos e comunidade geral. Verificar a funcionalidade dos canais de acesso de solicitação e manutenção de equipamentos e infraestrutura. Trabalhar com os Coordenadores de Cursos a função da autoavaliação na IES e como ela pode colaborar para os processos de melhorias pedagógicas.

	Sensibilizar os responsáveis pelo planejamento institucional da necessidade de climatização dos ambientes.
Onde? Envolvidos?	Representantes de Direção, Coordenadores, Setor Administrativo e CPA.
Quanto tempo?	1º semestre.
Responsáveis?	Direção e CPA.
Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional	
O que fazer?	Integrar os resultados da Autoavaliação Institucional com o processo de Planejamento. Estudar a performance da IES em diferentes perspectivas e mecanismos de avaliação externa. Identificar as evidências ou execuções de melhorias a partir dos apontamentos realizados pela CPA 2014. Qualificar o sistema de informações da IES para melhor desenvolver as análises e resultados dos dados institucionais relevantes à CPA, bem como acompanhar as variáveis críticas e seus impactos sobre os resultados pretendidos. Consolidar ações que divulguem o trabalho da CPA e permitam à comunidade acadêmica perceber a sua importância na IES. Analisar e monitorar a coerência entre o planejamento e a avaliação dos resultados promovidos pela autoavaliação.
Por que fazer?	Para tornar a autoavalição um processo qualificador da IES, desmistificando a ideia de “regulação”. Paralelo a isso, aproximar a área de Planejamento da IES à CPA, sensibilizando-os à compreensão das necessidades apontadas na autoavaliação.
Como fazer?	A CPA deve tornar-se presente nas mídias institucionais e, do mesmo modo, na IES. Para tanto, a Comissão deverá compor o seu marketing institucional, esclarecendo seu propósito e ações.
Onde?	Na IES, em seus distintos segmentos.
Quanto tempo?	1º e 2º semestres.
Responsáveis?	Direção, CPA.
Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes	

O que fazer?	Incentivar o Setor de Assistência Educacional, PIMA e Diretório Acadêmico a institucionalizar a recepção dos acadêmicos ingressantes para além do Trote Solidário na primeira semana de aulas. Incentivar a pesquisa de informações sobre o perfil do acadêmico ingressante e dos diferentes níveis de graduação para implementação de novas políticas de atendimento. Acompanhar a divulgação e inserção de discentes nos Programas de Nivelamento da IES.
Por que fazer?	Os acadêmicos ingressantes precisam perceber ações de acolhida e inserção à comunidade acadêmica.
Como fazer?	Motivar os responsáveis a concretizar e revisar práticas para o atendimento aos acadêmicos. Para isso, promover encontros entre a CPA e os segmentos.
Onde?	Na IES, em distintos segmentos.
Quanto tempo?	1º e 2º semestres.
Responsáveis?	CPA, PIMA, Setor de Assistência Educacional, Secretaria Acadêmica, Coordenações, Diretório Acadêmico.
Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	
O que fazer?	Participar das reuniões de planejamento para compreender sua elaboração e contribuir com ações que potencializem melhorias.
Por que fazer?	A CPA necessita compreender e integrar-se às discussões financeiras para vislumbrar ações de qualificação, bem como motivar a expansão da IES.
Como fazer?	Incluir-se na agenda de reuniões de planejamento e finanças.
Onde?	Em reuniões.
Quanto tempo?	1º e 2º semestres.
Responsáveis?	CPA e Direção.

7 AÇÕES DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A CPA - Comissão Própria de Avaliação costumeiramente divulga os resultados da Autoavaliação Institucional através de meios eletrônicos, preferencialmente no Site Institucional, também são desenvolvidos eventos específicos com a comunidade acadêmica para este fim. O resultado da Autoavaliação permanece disponível no Site da IES e também são utilizados os murais disponíveis na instituição, para que os discentes e técnicos administrativos tenham conhecimento dos resultados do processo. A Comissão trabalhará as explicações dos resultados e divulgará as avaliações dos docentes e de coordenações sala da CPA, na presença de dois membros da mesma, e também serão enviadas mensagens eletrônicas aos coordenadores, gestores e técnicos administrativos sobre o resultado do processo.

A comissão adota estratégias para que o resultado da Autoavaliação Institucional seja do conhecimento de toda a comunidade acadêmica. A promoção de eventos específicos para divulgação junto aos discentes, onde os resultados e o compromisso da qualidade da Instituição são reafirmados também são metas da comissão. A CPA conta com o apoio das coordenações dos cursos na chamada para participar do processo e também na divulgação dos resultados.

8 EXAME NACIONAL DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE)

A Comissão entende que se faz necessário a conscientização dos acadêmicos sobre a importância da avaliação externa na forma do ENADE e também de toda a reponsabilidade da comunidade acadêmica em relação à mesma. Desta forma as Coordenações e Docentes da IES precisam entender e ter o comprometimento como este instrumento avaliativo, representando pra a Instituição um indicador com capacidade de mensurar todas as melhorias que foram realizadas e os projetos futuros. Diante do exposto, a CPA assume juntamente com as Coordenações dos Cursos o compromisso de apoio na construção dessa cultura de avaliação. Neste ano de 2015, os Cursos de Administração e Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos realizarão o ENADE e, portanto terão todo o apoio da CPA.

9 AGENDA DE ENCONTROS DA CPA

Quadro 3 - Agenda

FEVEREIRO
Construir o Plano de Ação da CPA para o ano de 2015.
Concluir a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional 2014.
Encaminhar os resultados da Autoavaliação Institucional 2014 por segmentos.
Realizar reunião com a Direção para o feedback das ações realizadas pela CPA.
Participar das Reuniões de NDEs para validação dos Planos de Ensino do semestre 1/2015.
MARÇO
Planejar os princípios metodológicos da Autoavaliação Institucional 2015.
Entregar Relatório de Autoavaliação Institucional 2014 à Procurado Institucional da IES.
Organizar encontro com as Coordenações para acompanhar o desempenho acadêmico no ano de 2015.
Disponibilizar às Coordenações dados qualitativos referentes à avaliação docente e de coordenações realizadas pelos discentes.
Iniciar o planejamento e a estruturação do banco de dados dos egressos para construir proposta de Autoavaliação Institucional dos Egressos.
ABRIL
Promover com a Direção um fedback da Autoavaliação Institucional visualizando as ações de melhorias necessárias e a possibilidade de inserção no Planejamento Institucional.
Planejar apresentação da Comissão Própria de Avaliação aos discentes ingressantes.
Organizar um Informativo da CPA para disponibilizar informes do setor à comunidade acadêmica.
Reunir-se com os Técnicos-Administrativos para expor resultados da Autoavaliação Institucional e construir metas de ações qualificadoras dos processos.
Publicar Relatório da Autoavaliação Institucional 2014 no site da IES.
MAIO
Iniciar o processo de estudo, planejamento e consolidação do processo de autoavaliação como avaliação semestral a partir de 2016.
Planejar instrumento de Autoavaliação Institucional 2015.
Trabalhar a estrutura organizacional da CPA.
JUNHO
Reunir-se com o Setor de Marketing para criais mecanismos publicitários das ações institucionais da CPA.

Participar da Reunião Semestral de Planejamento Estratégico da IES.
Reunir-se com o Setor de TI para discuti o instrumento tecnológico de coleta de dados.
Sensibilizar o corpo docente dos Cursos acerca do instrumento de Autoavaliação Institucional.
Discutir os eixos de indicadores da avaliação externa – sensibilização da Mantenedora e Direção.
Analisar as Dimensões do SINAES a serem avaliadas no ano de 2015.
JULHO
Participar da Reunião de Professores para expor ações da CPA e sua função na IES – ação de sensibilização docente.
Realizar tratamento de dados e apresenta-los à Coordenações de Cursos e Direção com os devidos apontamentos.
Estabelecer ações de melhorias do processo de ensino-aprendizagem, se necessárias.
Solicitar à Direção o plano de ação das melhorias a serem realizadas, a partir do Relatório de Autoavaliação Institucional 2014.
AGOSTO
Realizar Encontro de Formação com os acadêmicos participantes do ENADE 2015 – ação de sensibilização.
Apresentar a CPA aos acadêmicos ingressantes.
Acompanhar a revisão da Regulamentação dos Estágios de Conclusão dos Cursos de Tecnologia.
Retomar ações de sensibilização do processo de Autoavaliação.
SETEMBRO
Enviar ao Setor de TI o instrumento de avaliação das dimensões do SINAES.
Lançar Informativo da CPA.
Atualizar o espaço da CPA no site institucional.
Participar de Capacitação do Corpo Técnico-administrativo-promoção do PDI da IES.
Promover pesquisa de Clima Organizacional na IES.
OUTUBRO
Lançar a Autoavaliação Institucional 2015.
Coleta e início da análise dos dados para elaboração de relatório.
Capacitação dos Membros da CPA em seminário ou curso
NOVEMBRO
Tratamento dos dados coletados na Autoavaliação Institucional 2015.
Planejamento do Plano de Ação da CPA 2016.
Início da elaboração de Relatório.
DEZEMBRO

Reunião com a Direção para certificação das ações de melhorias da IES e planejamento para 2016.
Prévia dos resultados quantitativos e qualitativos da Autoavaliação Institucional.
Reunião para reorganização da CPA – inserção e destituição de membros, se necessário.

REFERÊNCIAS

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

JANSSEN, Felipe; HOFFMANN, Maria Teresa E. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas**: em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003.

MALHOTRA, N.K et al. **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudo de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.